(Tradução)

Interpelação Escrita

Segundo o relatório de auditoria de resultados intitulado "Planeamento e implementação do Governo Electrónico", divulgado recentemente pelo Comissariado de Auditoria (CA), a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP) criou, em 2001, um grupo de trabalho interserviços para impulsionamento do desenvolvimento do governo electrónico. Desde 2001 até 2016, foram elaborados 4 planos e foram investidos muitos recursos, de tempo e financeiros, para desenvolvimento do governo electrónico, contudo, a respectiva taxa de execução foi muito baixa. Até ao final de 2016, dos 61 trabalhos objecto de acompanhamento e análise em relação à sua execução, apenas 39 foram concluídos, representando 63,93% do total dos trabalhos previstos; 16 projectos, que foram propostos há mais de dez anos, ainda não tinham sido concluídos; e quanto aos 4 planos referidos, só no respeitante ao Planeamento Geral do Governo Electrónico da Região Administrativa Especial de Macau 2015-2019 é que foi definida a calendarização dos respectivos trabalhos. Esta situação demonstra a atitude passiva do Governo no impulsionamento do desenvolvimento do governo electrónico, e não se percebem as razões desta baixa taxa de eficácia administrativa.

Ademais, o Relatório aponta que os SAFP, enquanto serviço público responsável pela administração pública, têm responsabilidades no impulsionamento da reforma da administração pública. Entretanto, no processo de auditoria mencionado, a atitude assumida pelos SAFP demonstra falta de vontade quanto à coordenação e tentativa de

立法會 格式六
AL – Modelo 6
A-4 規格印件 2017年7月
Formato A-4 Imp. Jul. 2017

provocar atrasos. Por exemplo, verificaram-se atrasos no fornecimento de documentos exigidos pelo CA, que em alguns casos ultrapassaram meio ano; e durante a confirmação das verificações de auditoria através de documentos oficiais, os SAFP voltaram a apontar que as declarações prestadas anteriormente não correspondiam à verdade, o que exigiu uma rectificação das verificações de auditoria. Esta atitude dos SAFP é, sem dúvida, um mau exemplo para os outros serviços da Administração Pública. Segundo a defesa dos SAFP, até à sua restruturação não lhe competia coordenar os trabalhos de implementação do governo electrónico. Mas, na realidade, de acordo com o Decreto-Lei n.º23/94/M, que foi revogado, as atribuições dos SAFP já incluíam, antes da sua reestruturação em 2011, "estudar e participar na definição da política do governo electrónico, bem como coordenar e apoiar a respectiva implementação". Os SAFP não deram importância às suas próprias atribuições, então, como é que vão poder optimizar as políticas do Governo para a administração pública e para os funcionários públicos, e inovar, no sentido de responder às exigências da população?

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Segundo o Relatório do Comissariado da Auditoria, registaram-se atrasos, que chegaram aos 10 anos, na concretização de alguns projectos do governo electrónico. Para além disso, no processo de auditoria verificaram-se atrasos no fornecimento de documentos exigidos pelo CA e falta de rigor nas declarações do serviço público em causa. Esta situação é incompreensível. Quais foram as razões? Até ao momento, os trabalhos previstos continuam por concluir. Será que existem dificuldades técnicas,

administrativas ou jurídicas? Ou será que tal se deve a factores humanos? O Governo vai avançar com as devidas investigações, para verificar se alguém vai ter de assumir responsabilidades?

2. Não foi definida qualquer calendarização para a maioria dos planos elaborados pelo Governo. Para evitar que esta situação se repita, o Governo deve definir claramente a calendarização por plano e divulgar, regularmente, o ponto de situação da implementação de cada plano. Vai fazê-lo? Alguns trabalhos foram planeados há mais de 10 anos, portanto, é possível que os planos estejam desactualizados face ao desenvolvimento social. O Governo vai implementá-los? Ou vai proceder à sua avaliação e ajustamento, com vista à respectiva adequação ao desenvolvimento socioeconómico?

3. O governo electrónico é componente relevante do desenvolvimento da cidade inteligente. O desenvolvimento do governo electrónico, por parte do Governo da RAEM, está a ser anormalmente lento, e os seus efeitos não são notórios. Os planos do Governo são até 2019, portanto, resta apenas 1 um ano e tal. Para além de continuar a implementar os projectos planeados, o Governo, tendo em conta a nova conjuntura de desenvolvimento, deve definir novos planos para o governo electrónico, com vista a responder às exigências da população. Vai fazê-lo?

27 de Agosto de 2018

O Deputado à Assembleia Legislativa da

Região Administrativa Especial de Macau,

Ho Ion Sang